

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: _____

127

Data: 1 de agosto de 1987

Pg.: _____

190 Brasília

A questão indígena

AÉRCIO DOS SANTOS CUNHA

O jornal "O Estado do Maranhão" desta última quarta-feira (29 de julho) traz estampada em sua primeira página a manchete "Bird quer índios protegidos" e, no subtítulo, "Recursos para o Maranhão só sairão quando conflitos forem solucionados". O texto esclarece que recursos no montante de US\$ 84 milhões, contratados pelo governo do Estado com o Banco Mundial, só serão liberados quando "todas as pendências relacionadas com demarcação e conflitos fundiários estiverem solucionadas, especialmente as que atingirem as áreas indígenas".

Manchetes semelhantes poderiam figurar em periódicos de todos os Estados do norte e centro-oeste, onde ocorrem graves conflitos pela posse da terra e é constante a ameaça às populações indígenas, literalmente à merce de agressores, sejam eles colonos, fazendeiros, grileiros, garimpeiros ou empresas mineradoras. Na imprensa internacional, apenas na última semana, cinco grandes periódicos trazem reportagem sobre a clamorosa irresponsabilidade com que a proteção ao índio tem sido tratada no Brasil. Sensíveis a pressões da opinião pública do exterior, agências internacionais de desenvolvimento, o Banco Mundial à frente, dão um vexatório, mas merecido, puxão de orelhas no governo brasileiro, exigindo, em nome da dignidade humana, respeito aos nossos índios.

Há três formas possíveis de tratamento da questão indígena: primeiro, a exemplo do general Custer (EUA, final do século passado), o genocídio puro e simples; segundo, a integração prematura do índio à sociedade brasileira, quer dizer, aos segmentos marginalizados, mais pobres, da nossa sociedade, com a consequente destruição de sua cultura e comprometimento das próprias condições de sobrevivência física; e

terceiro, o tratamento responsável da questão.

O que se entende por tratamento responsável da questão indígena? Essa pergunta foi formulada ao dr. Mauro Leonel, antropólogo da Fipe-USP e, em forma sintetizada, foi a seguinte a sua resposta:

Não se trata, conforme caricaturaram os "desenvolvimentistas", de prender os índios numa espécie de jardim zoológico, para benefício do restante da sociedade. É dever do Estado protegê-lo do integracionismo, mas não pelo isolacionismo. Os índios poderão ser integrados, mas por sua livre escolha, não pela coação, ou pela cooptação, ou pelo esbulho de suas reservas, ou expropriação de suas terras e destruição de seus meios de sobrevivência (poluição dos rios, que inviabiliza a pesca; desmatamento, que compromete o extrativismo).

Ser contra o integracionismo não é ser contra qualquer contacto. Mas o contacto deve se dar com respeito pela cultura diferenciada, como se espera das relações entre povos civilizados. Quer-se que o índio entre para a nossa sociedade, mas não como um povo vencido, humilhado, erradicado de sua cultura. O ponto de partida do tratamento responsável da questão indígena é o reconhecimento de que sua cultura é apenas diferente, não inferior à nossa (em certos aspectos, como sua harmonia filosófica com o universo é, inclusive, superior).

Tendo em conta que nossa sociedade, tão desinformada, é tão cheia de preconceitos contra os índios e sua cultura, para que apressar o processo de integração? Com dois terços da população brasileira à margem do processo de desenvolvimento social, como se poderá falar em "integração" de 300 mil índios?

AÉRCIO DOS SANTOS CUNHA é professor-adjunto do Departamento de Economia da UNB.